

## *A fabricação de uma forma pervertida de humano: Primo Levi e os rumores da memória*

Lucas Amaral de Oliveira  
Universidade de São Paulo

[lucas\\_amaral\\_oliveira@hotmail.com](mailto:lucas_amaral_oliveira@hotmail.com)

### **Resumo:**

O químico e escritor Primo Levi construiu um dos testemunhos mais contundentes da segunda metade do século XX. Este texto tenta converter questões que aparecem em suas autobiografias mais impactantes sobre o campo de extermínio em problemas de caráter sociológico. Gostaria de interpretar seu testemunho como fonte documental, em que seja possível apreender aspectos informativos de denúncia da violência que assinou com sangue nossa era. Tentarei verificar os limites na construção do testemunho e as possibilidades encontradas pelo escritor na representação e reflexão sobre a experiência vivida; afinal, pensar a obra de Levi a partir de um conjunto de elementos que encontra na noção de memória seu eixo decisivo faz de seu testemunho não apenas um objeto de análise histórica, mas, ainda, fonte privilegiada para refletir sobre um desafio político: o imperativo sempre urgente de «não repetir o passado».

**Palavras-chave:** Primo Levi; Testemunho; Experiência; Violência; Auschwitz

### **Abstract:**

The writer and chemist Primo Levi created one of the strongest testimonies of the second half of the twentieth century. In this text, I try to convert the questions that appear in two of his most striking autobiographies about the extermination camp in problems of sociological character. I wish to interpret his testimony as a documentary source, where it is possible to apprehend informative aspects on violence and death denunciation, things that have signed our era with blood. In these terms, I will try to verify the limits to the construction of a testimony on the barbarism and the possibilities found by Levi in the representation and reflection on his experience. After all, to address Levi's work parting from a set of elements that find in the notion of memory its decisive axis makes his testimony not only an object of historical analysis, but also a prime source to reflect on an urgent political challenge: «not to repeat the past».

**Key-words:** Primo Levi; Testimony; Experience; Violence; Auschwitz

## INTRODUÇÃO

Às vezes, o sociólogo encontra-se dividido entre dois mundos: um é mais aberto, cosmopolita, habitado pelo explorador viajante e companhias que cruzam seu caminho; outro, de solidão, da rotina de estudo e produção. O primeiro, espaço de delimitação da pesquisa, acumulação de experiências, coleção de dados, amizades, debates, eventos. O segundo, mais espinhoso, do trabalho sistemático e mais disciplinado da criação. São extremos que se esteiam e recortam um modo peculiar de produção do saber.

Nesses dois mundos, pode-se dizer, ainda, que são abundantes os caminhos que levam um sociólogo a seu tema. Da mesma forma, não podem ser contadas as vias e motivações subjetivas, ocasionais e profissionais que conduzem alguém a investir anos de trabalho acadêmico em um autor. O que resta são relatos. É disso que se trata este texto: uma aproximação sociológica com o testemunho do escritor italiano Primo Levi, «singular narrador de Auschwitz», como aludiu o intelectual Cesare Cases (1990).

Quando estamos diante de uma literatura como a de Levi, algumas questões nos são impostas: qual o potencial de seu testemunho na geração de novos conhecimentos sobre Auschwitz? Em que medida sua obra literária pode ser tida como fonte epistêmica e instrumento de transmissão de experiência sobre esse passado? Um de meus esforços, aqui, é interpretar o testemunho de Levi como fonte documental, porque dele se pode apreender, enquanto texto, aspectos informativos de denúncia, rastros de dor, violência e morte que assinaram com sangue e infâmia nossa era. Assim, em vez de perceber o documento literário como arquivo, produto

final de uma série de representações sobre a violência, o intuito é lê-lo enquanto meio, mediação, objeto intermediário de reflexão.

Uma miríade de temas foi enfrentada por Levi em suas obras – muitos deles, já amplamente debatidos pelo público italiano. Não me cabe explorar a complexidade dos pontos levantados pelo escritor, mas apenas especificar esta minha análise aproveitando alguns índices decisivos de sua narrativa para refletir em torno do papel de testemunha numa era repleta de catástrofes – como *superstes* e como *testis*<sup>1</sup>, ou seja, das ofensas sofridas e daquelas presenciadas. Destarte, apreendendo sua escrita como campo que radiografa a experiência concentracionária, gostaria de verificar, primeiro, a experiência do trabalho sem sentido e tormentoso – uma paródia do trabalho humano –, a violência inútil como traço vital do campo nazista, e, num segundo momento, o processo de degradação do corpo e da estrutura moral humana diante da fome, do frio e das agressões diárias, enfim, o rebaixamento de homens à condição de ‘não pessoas’.

O sociólogo Alessandro Dal Lago (2004) lembra que, em muitas línguas europeias, a categoria *persona* leva a duas denotações: o homem como ‘ser vivente’ e pertencente à espécie humana enquanto indivíduo singular; o homem como ser social e político, condição expressa, sobretudo, em práticas coletivas e institucionais. A pessoa, assim, é o conjunto de atributos suficientemente capazes de fazer de um ser humano um homem entre outros. Mas, quando o homem é reduzido ao corpo puramente biológico, deixa de ser pessoa nos dois sentidos, pois a pessoa só existe enquanto sua humanidade não for anulada. Nessa medida, o caminho analítico deste texto será o processo de desumanização ocorrida no interior do campo, que comportava o máximo de tormento, o mais alto esbanjamento de dor – o que fica evidente tanto no relato de Levi sobre a estrutura do *Lager*, quanto em suas percepções imediatas da morte sempre à espreita.

Para narrar tais situações limites, o escritor coloca-se como «alguém que habita na clausura de um acontecimento extremo que o aproximou da morte» (Seligmann-Silva, 2005: 81). A pergunta que surge e que conduz este ensaio é: o que restaria para além do corpo, rebaixado à sua condição puramente biológica, e da estrutura moral – então danificada – quando situações de violência inaudita os oprimem? O escritor de Turim sugere, mediante um exercício de reflexão bastante arrojado e sociologicamente crítica, que, embora o regime dos campos fosse um sistema de violência absoluta sobre a estrutura corpórea e a psique do indivíduo inerme preso, cuja função era a fabricação sistemática de uma forma perversa de humano, o que restava dessa condição era uma vítima vulnerável, cuja humanidade havia se degenerado em sua própria caricatura.

A hipótese que gostaria de explorar ao final baseia-se nessa equação de Levi, a partir da qual sugiro pensá-la enquanto exercício de imaginação sociológica, capaz de auxiliar não só no acúmulo de conhecimento sobre o *Lager*, mas também refutar ideias já estabelecidas pela vulgata hermenêutica de Levi. Para tanto, como ensina o sociólogo brasileiro José Carlos Bruni (1989), é preciso percorrer princípios e pressupostos do conhecimento de forma crítica e serena, sempre firme perante injustiças de toda ordem<sup>2</sup>.

#### RECORTE EMPÍRICO: UM AUTOR E DUAS OBRAS

Não se é o mesmo depois de ler Primo Levi. Por muitos motivos. Sobretudo, porque o tratamento de seus textos demanda energia emocional e uma complexidade analítica difícil de lidar, pois induz o leitor desavisado da perplexidade, devido à leitura do horror desmedido, à empatia, no sentido de tornar-se próximo, receptor complacente de um mundo aparentemente sem sentido. Talvez bastasse, aqui, a equação de Italo Calvino (1995), para quem o clássico, isto é, aquela obra essencial na biografia das pessoas, é o que exerce influência particular quando se impõe ao nosso interesse intelectual como inesquecível, marcando nossa memória e nossa trajetória.

Mas isso não explica por que eleger Levi como objeto de interesse sociológico. A própria questão contém sua justificativa. Sua literatura é um registro essencial do passado, tecido por reflexões incisivas sobre a infâmia que marcou a memória coletiva da Europa ocidental; afinal, sua obra logrou conjugar experiência, memória

<sup>1</sup> Testemunha é *superstes*, aquele indivíduo que viveu pessoalmente um fato e, por isso, pode narrá-lo e transmiti-lo; mas também *testis*, o que surge como terceiro em uma lide, processo ou evento determinado.

<sup>2</sup> É preciso por a *doxa* epistêmica à suspeita, assim como o preconceito ideológico e a preguiça analítica. Para Bourdieu (2001: 122), tratam-se de crenças que não precisam afirmar sua validade, funcionando como dogma, pressupostos «cognitivos e avaliativos cuja aceitação é inerente à própria pertinência».

e narrativa, dando vida a uma estética ímpar no século XX. Isso sugere exercício epistemológico interessante, no sentido de se partir da premissa de que a narrativa que descreve uma experiência real pode possibilitar, segundo Lejeune (2008), um ângulo privilegiado para a percepção de certos fundamentos sociais; às vezes, pode exceder em detalhes exames macro-históricos que, quando isolados ou abstratos demais, não chegam tão a fundo no desvelamento das múltiplas possibilidades de desumanização colocadas em marcha pelo nazismo e sua gigantesca experiência social. E como não é possível refletir sobre violências só com base em análises teóricas – distanciadas, de fora e de longe, digamos –, de igual modo, é impossível fazê-lo só com documentos oficiais, sem levar em conta o testemunho de sobreviventes que sofreram, de dentro e de perto, a barbárie.

Isso impõe outro problema: o testemunho literário é amiúde elaborado numa fronteira epistêmica difícil de ser flagrada, entre a objetividade pretendida na narração e a subjetividade alcançada, já que intrínseca ao testemunho de um evento. Quando a sociologia propõe se debruçar sobre uma obra com alto teor testemunhal, é preciso por em tensão tal dimensão limite do testemunho, necessário ainda que inenarrável. Isso me parece relevante, pois não é possível entender o sofrimento pessoal de cada um sem observar a história que o circunscreve; mas, não é possível apreender a história de eventos passados sem olhar com esmero para os que a sofreram realmente a barbárie.

São duas as obras de maior relevo memorialístico de Levi<sup>3</sup>. *Se questo è un uomo*, de 1947, é tida como um dos testemunhos pioneiros sobre os campos de morte. Trata-se de um denso diário de memória em que o autor reconstruiu episódios cotidianos de sua experiência de *Häftling* («homem do Lager»); não para fazer denúncias ou julgar os «carrascos» da história, mas com o intuito de fornecer documentos para um estudo sereno de certos aspectos do «espírito humano» (Levi, 1988; 2005). Em certos aspectos, o livro consegue subverter nossa noção de obra de arte – mas o faz por necessidade, espontaneamente, às vezes até brutalmente, e nunca por redenção. Nesse testemunho, há um corte quase jurídico, cujo tom é mais de acusação e reflexão do que um ato de provocação, represália, vingança, punição. O que prevalece, então, é a busca por superar a tensão entre memória (difícil, quase impossível, porém necessária) e esquecimento (traumático e social), mesmo quando o que parece sugerir Levi é que o sofrimento silencia no homem tanto os códigos morais quanto a aptidão de narrar o experienciado.

É nessa medida que ele relata o processo de desumanização a partir dos episódios mais significativos e que revelam a essência e estrutura de Auschwitz, desde os momentos cruciais das seleções e dos bombardeios aéreos, até a opressão cotidiana. Mesnard (2005), estudioso de Levi, lembra, inclusive, que *Se questo è un uomo* foi precedido, em 1946, pelo *Rapporto sulla organizzazione igienico-sanitaria del campo di concentramento per Ebrei di Monowitz (Auschwitz-Alta Slesia)* – «Relatório sobre a organização higiênico-sanitária do campo de concentração para judeus de Monowitz» –, que saiu na *Minerva Medica*, assinado por Primo Levi e um amigo médico, Leonardo De Benedetti. Trata-se da edição número XXXVII do periódico, referente a julho-dezembro de 1946. O relatório foi republicado outras vezes, sobretudo a partir dos anos 1990, e esmiuçava o funcionamento e as condições dos campos, dando especial atenção a algumas das doenças contraídas pelos presos. As anotações do relatório serviram como base para a sua primeira obra, mostrando que sua literatura nasceu de documentos e fatos empíricos vividos e coletados em Auschwitz, de tal modo que, pelo menos como intenção e concepção, o livro já nasceu nos dias do campo (Levi, 1988; 2005).

Sua obra inicial teve escasso prestígio quando foi lançada, porque, escrita entre dezembro de 1945 e dezembro de 1946, passou por um percurso editorial turbulento. *Se questo è un uomo* foi primeiramente recusada pela Einaudi, na figura da escritora Natalia Ginzburg, com a justificativa de que haveria ainda na Itália um clima denso de pós-guerra, e que, por isso, os leitores não estariam interessados por uma literatura que versasse sobre os horrores dos campos. O crítico Franco Antonicelli, que havia tido papel de destaque na resistência, sobretudo na região do Piemonte, depois de entrar em contato com o texto seminal de Levi, percebeu seu valor literário e histórico e, de imediato, propôs publicá-lo em sua modesta editora Francesco De Silva, recentemente aberta. O livro foi lançado com pouco êxito no final de 1947, com uma tiragem de 2.500 cópias, dentre as quais um pouco mais da metade – 1.400 – foi vendida.

<sup>3</sup> Ainda que improvise menções eventuais a outros escritos do autor italiano, o foco desta análise são duas obras de Primo Levi: *Se questo è un uomo* ([1947] 2005) – traduzido aqui como *É isto um homem?* (1988) – e *I sommersi e i salvati* ([1986] 2007a) – no Brasil, *Os afogados e os sobreviventes* (2004b).

A anódina difusão de *Se questo è un uomo* fez com que Levi renunciasse quase totalmente à atividade de escritor e se dedicasse com mais energia à profissão de químico. Entre 1952 e 1957, passou a colaborar com Paolo Boringhieri, responsável pelas edições científicas da Einaudi, com traduções, revisões e pareceres. Depois de um evento sobre a história dos deportados, em 1955, Levi fez a tentativa de publicar sua obra pela grande editora. Com pareceres positivos de Luciano Foà e Italo Calvino, em julho de 1955, foi firmado o contrato para que o volume fosse publicado na série «Piccola Biblioteca Scientifico-Letteraria» a um preço acessível. Todavia, a dificuldade econômica pela qual passava a editora fez com que a edição só fosse lançada em 1958.

Quarenta anos mais tarde da escritura de *Se questo è un uomo*, e um ano antes de seu suicídio, o desfecho de sua carreira literária ficou por conta de *I sommersi e i salvati*, de 1986, seu «testamento espiritual», como se referiu Todorov (2007) no prefácio à edição italiana da obra, em que a voz de sobrevivente, aliada ao trabalho de memória e revisão crítica, recriou a vida no limite da destruição, buscando esclarecer as novas gerações sobre riscos de exceção dentro da ordem democrática. Essa última obra do escritor traz à tona um sentimento paradoxal de vergonha por haver sobrevivido, que ele chama de «culpa do sobrevivente» e que, muitas vezes, pode levar à crença de que se está vivo no lugar de outro, mais fraco e menos afortunado. Nesse derradeiro trabalho autorreflexivo – um tipo de conclusão de seu primeiro testemunho, é possível conjecturar –, Levi retornou a temas de seu texto inaugural, mas com uma identificação mais reflexiva com o trabalho da memória. Aliás, *I sommersi e i salvati* precisou de uma década de elaboração para ser lançado, em 1986, pela Einaudi (Levi, 2004b; 2007a).

Acredito que esse seja o escrito mais lúcido do italiano sobre os mecanismos sociais subjacentes ao universo concentracionário. Trata-se de um texto capital para entender o humano em situações de opressão – e as possíveis formas de resistir a elas. Ali, convergem preocupações que afligiam a mente de Levi no último período de sua vida: o perigo de desvanecimento da memória de Auschwitz, a falta de conhecimento histórico dos jovens, que parecem aceitar seu testemunho com demasiado ceticismo e distanciamento, e o advento de revisionistas e «negadores do holocausto», que duvidam da existência do extermínio massivo de pessoas e dos próprios campos de morte. O livro foi escrito por alguém que se quer comunicar com os indiferentes, resignados e até com antigos algozes; trata-se de um testemunho de quem se esforça para entender a experiência vivida, e mais, para compreender a mente daqueles que contribuíram em alguma medida, direta ou indiretamente, com a ignomínia.

*I sommersi e i salvati* deve sua grandeza às perguntas que enseja: quais as estruturas sociais do *Lager* e as técnicas ali presentes para destruir o indivíduo? Qual a relação criada entre opressores e oprimidos? Quem são os seres que habitam a *zona grigia*, essa «zona cinzenta» de colaboração? Pela enxurrada de questões que derivam da obra, Pierre Vidal-Naquet (2006), em sua introdução à edição francesa do livro *Des hommes ordinaires*, de Christopher Browning (2006), inclui o químico italiano na lista dos três maiores pensadores do nazismo – juntamente com o politólogo Paul Hilberg e o diretor Claude Lanzmann. Cada qual pensou Auschwitz a sua maneira, e nenhum deles foi historiador de profissão. A última obra de Levi, inclusive, contribuiu de duas formas essenciais para o debate: foi exemplo de excepcional progressão da memória descritivo-reflexiva e pôs à vista um problema já enfrentado por La Boétie ([1549] 1987), que é o fato de que nenhuma tirania dispensa colaboradores e funcionários em potencial.

A partir dessas duas obras de caráter mais testemunhal de Primo Levi, gostaria agora de iniciar uma reflexão em torno da leitura empreendida pelo escritor italiano acerca das instituições totais de morte<sup>4</sup>, sobre o potencial destrutivo desse laboratório social, bem como a agonia do trabalho escravo e da violência tornada hábito.

#### EXPERIÊNCIAS SOCIAIS: O TRABALHO ESCRAVO E A «VIOLÊNCIA INÚTIL»

Era a música que dava ares de normalidade e marcava o ritmo extenuante de trabalho em Auschwitz, configurando a expressão sensorial de sua «geométrica

<sup>4</sup> A «instituição total» pode ser definida como local de residência e trabalho, onde indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade por tempo indeterminado, «levam uma vida fechada e formalmente administrada» (Goffman, 1999: 11), cujo caráter total é «simbolizado pela barreira em relação ao mundo externo e por proibições de saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico». Pode-se nomear «campos de concentração totais» os *Lager* que operavam, ao mesmo tempo, como prisões, campos de trabalho e, também, de extermínio, como Auschwitz, Belzek, Chelmno, Majdanek, Sobibor e Treblinka.

loucura». O martelar do bumbo e o ruído agudo dos pratos eram a voz do campo, mais um mecanismo de tortura. Os prisioneiros, inermes, marchavam como mortos-vivos, na cadência ditada pela banda, que soava uma dúzia de canções irritantemente repetidas, da manhã à noite. Os oficiais alemães, por sua vez, relaxavam de sua rotina com a orquestra instituída por Rudolf Höss, o famoso comandante de Auschwitz.

Uma banda começa a tocar, ao lado do portão do Campo; toca «Rosamunda», essa canção popular sentimental, e isso nos parece tão absurdo que nos entreolhamos sorrindo com escárnio. Nasce em nós uma sombra de alívio; talvez essas cerimônias todas sejam apenas uma gigantesca palhaçada, ao gosto teutônico. A banda, porém, depois de «Rosamunda», continua tocando uma música após a outra, e lá aparecem nossos companheiros, voltando em grupos de trabalho. Marcham em filas de cinco, com um andar estranho, não natural, duro, como rígidos bonecos feitos só de ossos; marcham, porém, acompanhando exatamente o ritmo da música. (Levi, 1988: 28)

O ecoar compassado da música era o sinal de que muitos marchavam como autômatos, na bruma e na neve, no sol escaldante e na chuva, como «pessoas sem alma» e cuja estrutura moral havia sido danificada: suas almas estavam mortas e a música substituíra a vontade deles, já inexistente, pois «cada pulsação torna-se passo, contração reflexa dos músculos destruídos. Os alemães conseguiram isso. Dez mil prisioneiros, uma única máquina cinzenta; estão programados, não pensam, não querem. Marcham» (Levi, 1988: 50). De fato, a morte simbólica já era ali anunciada, bem antes daquela corpórea. Contudo, a orquestra não era o único elemento absurdo dos campos. A própria estrutura social do local era extremamente complicada. As proibições, por exemplo, eram inúmeras e, na maior parte das vezes, sem sentido algum. Não era permitido aos concentracionários dormir vestidos com o casaco, usar os lavatórios em determinadas horas, não tomar ducha nos dias marcados – ou tomar fora desses dias –, sair do dormitório com o casaco desabotado ou a gola levantada, esconder por dentro dele papel, palha ou qualquer outro elemento que pudesse proteger do frio, etc.

O escritor lembra um contra-senso, sucedido depois de mais um expediente penoso de trabalho, que ilustra a lógica estranha das interdições. Havia dias em que a água era apenas aquela da sopa diária; portanto, a sede era companheira inseparável. Em certo momento, Levi (1988: 27) diz ter visto, do lado de fora da janela, ali, ao alcance das mãos, um caramelo de gelo gotejando água. Ele então tem a idéia imediata, como se tratasse de um impulso instintivo, de quebrar o bloco de gelo derretendo para saciar sua sede. Porém, de imediato, adianta-se um guarda que fazia a ronda no local e arranca o bloco brutalmente da mão do escritor, que, por sua vez, pergunta em seu parco alemão: *Warum?* (Por quê?). *Hier ist kein Warum* (Aqui não existe «por quê»), responde, empurrando-o para trás. «A explicação é repugnante, porém bastante simples: neste lugar infernal tudo é proibido, não por motivos inexplicáveis e sim porque o campo foi criado para isso». Assim, para adaptar-se ao *Lager* era preciso, primeiro e rapidamente, aprender que «por quê» absolutamente não existia, devendo-se somente aceitá-lo.

Para o escritor, infundáveis e insensatos também eram os rituais obrigatórios. Por exemplo, já de manhã, a primeira lei dos alojamentos era arrumar a cama perfeitamente, deixando-a plana e lisa; depois, engraxar os tamancos imundos do barro do dia anterior de trabalho; ainda, «submeter-se ao controle dos piolhos e ao da lavagem dos pés; aos sábados, fazer-se barbear e raspar o cabelo [...]; aos domingos, submeter-se ao controle geral da sarna e ao dos botões do casaco, que devem ser cinco» (Levi, 1988: 32). O emaranhado de leis misturava-se ao emaranhado de tabus e problemas mais ordinários, sobretudo em relação à rotina do trabalho, o que dificultava ainda mais a adaptação.

Trabalhavam todos, com exceção de doentes em estado grave – para provar a precariedade do estado físico e fazer-se reconhecer como enfermo, era preciso ampla bagagem de conhecimentos e experiências, adquirida com o tempo. Sobre isso, recorda:

O horário de trabalho varia conforme a estação. Todas as horas de luz são horas de trabalho; portanto, oscila-se de um horário mínimo invernal (8h às 12h e 12h30 às 16h) a um horário máximo de verão (6h30 às 12h e 13h às 18h). Os *Häftlinge* não

podem, de maneira alguma, estar trabalhando nas horas de escuridão, ou quando há cerração fechada, embora trabalhem normalmente quando chove, se neva ou (o que é bem frequente) se sopra o vento feroz dos Cárpatos; isso porque a escuridão ou cerração poderiam favorecer tentativas de fuga. [...] Um domingo em cada dois é dia normal de trabalho, e, nos domingos de folga, em vez de trabalhar na fábrica, trabalha-se, em geral, na manutenção do Campo, de modo que os dias de verdadeiro descanso são raríssimos. (Levi, 1988: 34)

Nos primeiros *Lager*<sup>5</sup>, coetâneos ao início do período hitlerista, o trabalho era puramente persecutório, digamos, inútil para fins produtivos: «mandar gente desnutrida remover turfa ou quebrar pedra só servia como objetivo terrorista» (Levi, 2004b: 104). O escritor descreve no capítulo «Violenza inutile», de *I sommersi e i salvati*, um fato sintomático, em que as mulheres de Ravensbrück, um terrível campo de concentração feminino, suportavam intermináveis jornadas durante o período de quarentena (isto é, antes do enquadramento nas brigadas de trabalho em fábricas). A ordem era para remover areia das dunas: «em círculos, sob o sol de julho, cada deportada devia deslocar a areia de seu monte para o monte da vizinha da direita, em um circuito sem meta nem fim, uma vez que a areia voltava para o lugar de onde era tirada» (Levi, 2004b: 104).

Com o tempo e a transformação progressiva dos campos em empresas onde a produção poderia render lucro, o trabalho passou a ser mecanismo de eliminação de adversários políticos e aniquilamento das chamadas raças inferiores. Por exemplo, os cabelos das mulheres destinadas ao gás era uma insólita mercadoria adquirida por industriais têxteis alemães, «que a usavam para a confecção de aniação e de outros tecidos industriais. É pouco provável que os utilizadores não soubessem de qual material se tratava» (Levi, 2004b: 107). Foram revertidas em material de valor utilitário até as cinzas humanas, oriundas dos fornos crematórios e reconhecíveis como tais, já que continham, com frequência, dentes, cabelos ou vértebras.

Não obstante, foram usadas para vários fins: para aterrar trechos pantanosos, como isolante térmico nos interstícios de construções de madeira, como fertilizante fosfático; assinaladamente, foram empregadas em vez de saibro para revestir os caminhos da vila dos SS, situada ao lado do campo. Eu não saberia dizer se puramente pela consistência ou se pelo fato de que, em sua origem, aquele material devia ser pisado. (Levi, 1988: 107-108)

Auschwitz III, Buna-Monowitz, era uma fábrica de borracha que concentrava quase todos os afazeres do campo, obrigando os presos a longas e extenuantes horas de trabalho capazes de «esvaziar o pensamento» e tornar vazia a própria humanidade de cada um. Perdia-se o hábito humano da esperança e da reflexão, porque pensar passava a ser inútil diante de situações que aconteciam, em geral, de modo incompreensível e seguindo uma lógica própria: «pensar é, também, um mal porque conserva viva uma sensibilidade que é fonte de dor, enquanto uma clemente lei natural embota essa sensibilidade quando o sofrimento passa de certo limite» (Levi, 1988: 172-173).

Existia um compromisso entre exploração e extermínio, pois quando um preso não rendia mais como mão de obra, passava a ser um peso desnecessário para o sistema concentracionário, e sua vida cessava de possuir valor. A partir de então, sua morte era iminente. Os campos, mormente para os não-rentáveis – mas também para as formas de vida classificadas como «indigna» e «raça inferior» –, eram vastos «buracos negros»<sup>6</sup> (cf. Zuin, 2013), destinados a milhares de homens, mulheres e crianças estigmatizados – como judeus, ciganos, homossexuais e outros –, e que desciam dos vagões dos trens para trabalhar, sofrer e entrar nas câmaras de gás, das quais ninguém saiu vivo.

É importante notar que Levi indica que o trabalho em si servia a mais dois propósitos além da geração de lucro para empresas que atuavam no campo e o desgaste físico dos corpos flagelados por rotinas absurdas: servia ao arranjo da morte e à ordenação da conduta amorfa e submissa dos presos, o que impedia qualquer tipo de resistência ou eclosão de motins ou rebeliões coletivas: «Destruir o homem é difícil, quase tanto como criá-lo: custou, levou tempo, mas vocês, alemães, conseguiram. Aqui estamos dóceis sob o seu olhar; de nós, vocês não têm mais nada a temer. Nem atos de revolta, nem palavras de desafio, nem um olhar de julgamento» (Levi, 1988: 152).

<sup>5</sup> O *Lager* não nasceu nos interstícios da II Guerra. Agamben (1996; 2002) salienta que suas raízes remontam ao colonialismo europeu tardio, que pode ser situado em dois momentos: na força empregada pelos espanhóis contra o levante dos cubanos, em fins do século XIX, e na sujeição violenta dos *böers* pelos ingleses, no início do século XX. Com isso, ele alega que os campos nasceram dentro do Estado de direito – frutos, portanto, do modo usado pelas potências para manter seu domínio sócio-econômico.

<sup>6</sup> Agradeço a João Carlos Soares Zuin por haver me chamado a atenção para o uso que Levi fez da expressão *buchi neri*. Não há como trabalhar, aqui, o potencial que a metáfora sugere, seja em relação ao esquecimento ou ao excepcional ocorrido no universo concentracionário. Vale notar que «Buraco negro de Auschwitz» foi título de um artigo publicado por Levi no periódico *La Stampa*, em 22 de janeiro de 1987, meses antes da sua morte, em resposta às obras dos conservadores Nolte e Hillgruber – e essa foi a segunda vez que o autor fez uso da expressão, a primeira havia sido em ocasião de *La ricerca delle radici*.

Homens foram massivamente revertidos em massa apática e sem rosto, como sugere Levi (1988: 121-123) nesta passagem: «Terminado o alarme, daqui, de lá, retornávamos aos nossos lugares, infinito rebanho mudo acostumado à ira dos homens e das coisas, e recomeçávamos esse nosso trabalho de sempre, odiado e já claramente inútil, sem sentido». E segue: «Quem poderia distinguir nossos rostos? Para eles, somos *Kazett*: substantivo neutro singular». O trabalho desempenhava, portanto, uma função ‘despersonalizadora’ (cf. Goffman, 1999), de danificação da vida de quem a ele estava submetido. No cotidiano exaustivo do trabalho, «somos os escravos dos escravos, que todos podem comandar, e nosso nome é o número que levamos tatuado no braço e costurado no peito» (Levi, 1988: 73). O corpo já não é mais parte constituinte da identidade, já que, inerme e desprotegido, quase vazio, começa a sofrer um processo de desconstituição identitária, uma padronização tamanha que se erige dia a dia, na rotina e na repetição do trabalho forçado e das agressões; por conseguinte, os atributos cognitivos do indivíduo, assim como sua capacidade humana de julgamento, sofrem inibições profundas, bloqueando qualquer processo reflexivo que não esteja diretamente ligado à luta diária e constante pela sobrevivência. E o fim desse processo é a morte.

O trabalho descomunal, escravo e repetido até o limite da exaustão (não se pode esquecer a frase inscrita sob o portão de entrada de Auschwitz: «*Arbeit Macht Frei*»!) constituía parte importante do que o autor chamou de «violência inútil». Tal noção remete a uma violência verticalizada desmedida, armada para causar dor e, às vezes, até a diversão dos soldados nazistas. Era uma violência vazia, mas que preservava certa finalidade irracional e, por isso, parecia «redundante, sempre fora de proporção em relação ao próprio objetivo» (Levi, 2004b: 92). Isso remete à questão cuja resposta sintetiza o tema da racionalidade ou irracionalidade da lógica nazista dentro dos *Lager*:

teríamos assistido ao desdobramento racional de um plano desumano ou à manifestação (única, por ora, na história, e ainda mal explicada) de loucura coletiva? Lógica virada para o mal ou ausência de lógica? Como é frequente nas coisas humanas, as duas alternativas coexistem. (Levi, 2004b: 92)

A questão chave do quinto capítulo de *I sommersi e i salvati*, que leva o nome «Violenza Inutile» é exatamente a seguinte: existe de fato uma violência que seja inútil? Para Levi, absolutamente sim.

A morte, mesmo a não provocada, mesmo a mais clemente, é uma violência, mas é tristemente útil: um mundo de imortais [...] não seria concebível nem vivível, seria mais violento do que o já violento mundo atual. Nem é inútil, em geral, o assassinato [...]. Pondo de lado os casos de loucura homicida, quem mata sabe por que o faz: por dinheiro, para suprimir um inimigo real ou suposto, para vingar uma ofensa. As guerras são detestáveis, [...] mas não se podem definir como inúteis: visam a um objetivo, quem sabe iníquo ou perverso. Não são gratuitas, não se propõem infligir sofrimentos; os sofrimentos existem, são coletivos, dilaceradores, injustos, mas são subproduto, um acréscimo. Ora, acredito que os doze anos hitlerianos compartilhem sua violência com muitos outros espaços/tempos históricos, mas que se caracterizem por uma difusa violência inútil, com um fim em si mesma, voltada unicamente para a criação da dor. (Levi, 2004b: 91)

Esse excerto é interessante. A noção de violência inútil remete à questão do que era ser «inimigo» no *Reich*: inferiores, deviam morrer no martírio; mesmo possuindo uma fisionomia quase-humana, não eram sujeitos de fato, mas o reverso, animais, sub-homens que portavam o estigma do perigo, da impureza, cujo poder de contágio era total, de modo que seria preciso exterminá-los. Esses indivíduos não eram só tidos como naturalmente subumanos, não-pessoas, mas compulsoriamente convertidos em tais. Em sua própria estrutura, o regime desumano difunde a desumanidade de modo redobrado.

Seu corpo padecia o que ninguém deveria padecer; seus olhos viram o que nenhum homem deveria ver: câmaras de gás construídas por engenheiros formados, crianças testadas e envenenadas por médicos diplomados, recém-nascidos mortos por enfermeiras treinadas, mulheres e bebês fuzilados e queimados por funcionários do Estado. O abuso da violência gratuita, inútil e estúpida contribuiu

para transformar o corpo em algo sem valor, objeto vazio, coisa de ninguém, da qual se podia dispor de modo arbitrário a qualquer momento – e tal uso não ocorreu episodicamente, mas com método. Exemplo disso são as experiências médicas gerida em alguns campos, como Dachau, Auschwitz, Ravensbrück e outros. «A gama desses experimentos se estendia desde o controle de novos medicamentos em prisioneiros desinformados até torturas insensatas e cientificamente inúteis» (Levi, 2004b: 106-107).

#### LÓGICA DO CAMPO: UM PROCESSO DE «DESNUDAMENTO TOTAL»

A violência sobre o corpo inerme do preso era parte de um conjunto de dispositivos que funcionava contra os prisioneiros, tidos como «inimigos», para demolir qualquer capacidade de resistência e iniciar, com isso, um processo de «desnudamento total», do corpo e da mente. Então, o que resta do homem quando situações de violência extrema o atingem? Certamente, «mil mônadas impermeáveis e, entre elas, uma luta desesperada, oculta, contínua» (Levi, 2004b: 33). Os soldados da SS eram termitantes:

E, sob tal aspecto, deve-se interpretar todo o sinistro ritual, diferente de *Lager* para *Lager*, mas único na substância, que acompanhava o ingresso; os chutes e os murros desde logo, muitas vezes no rosto; a orgia de ordens gritadas com cólera autêntica ou simulada; o desnudamento total; a raspagem dos cabelos; a vestimenta de farrapos. É difícil dizer se todas as particularidades foram estabelecidas por especialistas ou aperfeiçoadas metodicamente com base na experiência, mas por certo eram deliberadas e não casuais: havia uma direção, e era aparatosa. (Levi, 2004b: 33)

O grupo dos estigmatizados é um conjunto de indivíduos que sofrem privações porque possuem o mesmo estigma (cf. Goffman, 1982). Sob o regime de exceção nazista, o judeu era, entre outros, uma das figuras estigmatizadas por carregar, no próprio corpo, marcas de inferioridade. O ‘inimigo’, qualitativamente diferente do modelo ideal, não tinha o mesmo sangue, nariz, cor ou corpulência; era, portanto, inferior, subumano. Losurdo (2010) lembra que o vocábulo alemão *Untermensch* (*under man*) é o termo-chave que, de forma antecipada, priva de dignidade humana os que estão destinados pela retórica política a serem aniquilados como agentes sociais patogênicos, culpados de formatar a revolta contra a civilização.

Levi (1988: 173) acrescenta à caracterização da situação de reificação radical, de rebaixamento do homem a sua nulidade, ao oposto dele próprio, a uma caricatura de si mesmo, o fato de que «não é humana a experiência de quem viveu dias nos quais o homem fora apenas uma coisa ante os olhos de outro homem». Mesmo sendo comum matar ou morrer quando frente a certas circunstâncias ou suportar ou cometer injustiças quando sob coação, não é comum ao homem, sobretudo quando já perdida toda reserva de dignidade, dividir a cama com um cadáver; «quem esperou que seu vizinho acabasse de morrer para tomar-lhe um quarto de pão está, embora sem culpa, mais distante do modelo de homem pensante do que o mais primitivo dos pigmeus ou o mais atroz dos sádicos». Quem viveu isso chegou ao fundo, «mais para baixo não é possível, condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar» (Levi, 1988: 25). Auschwitz marcou, assim, como advertiu Enzo Traverso (1997), o triunfo da morte reificada.

Em um dos discursos mais importantes, e que já se tornou documento ímpar na história daquele genocídio, pode-se notar tal ideologia de modo descarado, expressando e ilustrando o rebaixamento das «não-pessoas». Trata-se da famosa fala que Heinrich Himmler proferiu à SS, em Posen, em 4 de outubro de 1943:

o que deveríamos fazer com mulheres e crianças? Decidi encontrar também aqui uma solução absolutamente clara. Não considere justificável o assassinato de homens – ou seja, matá-los ou mandar matá-los – e permitir a existência de vingadores na forma de crianças que ataquem nossos filhos e netos. A decisão difícil tinha de ser tomada, a de fazer desaparecer esse povo da face da terra. (*apud*. Žižek, 2003: 46)

Reproduzia-se, dentro do campo, em escala menor, mas com características próprias e ampliadas, «a estrutura hierárquica do Estado totalitário, no qual todo o

poder emana do alto e um controle de baixo para cima é quase impossível» (Levi, 2004b: 40). Muitas das violências permanecem escritas com ferrete na memória de cada um dos deportados, «como detalhes de um grande quadro». Conforme seu testemunho, os sofrimentos constituíam o desdobramento da lógica nazista, segundo a qual o suposto povo superior (*Herrenvolk*) teria o direito de subjugar o povo considerado inferior. Segue sua estratégia comparativa e analítica dizendo que

o mundo concentracionário era tão-somente uma versão, uma adaptação, da prática militar alemã. O exército de prisioneiros nos *Lager* devia ser uma cópia inglória do exército propriamente dito: ou melhor, sua caricatura. Um exército tem farda: limpa, honrada e coberta de insígnias aquela do soldado; sórdida e cinzenta aquela do *Häftling*; [...] Um exército marcha com passo militar, em ordem cerrada, ao som de uma banda: por isso, deve haver uma banda também no *Lager*, e o desfile deve ser um desfile meticuloso. (Levi, 2004b: 100)

Porém, em pouco tempo, o estranhamento e o mal-estar se atenuavam e em muitos, cuja capacidade de adaptação era maior, até desaparecia. No limite, ao trabalho fatigante, ao lugar inóspito, à brutalidade e ao dia a dia da dor e da morte, sobrevinha o costume, que fazia do sofrimento algo comum e naturalizado na rotina dos presos – o que é, de fato, um eufemismo para dizer que, na verdade, a transformação de humanos em animais, ou algo próximo disso, já estava quase concluída. «Já apareceram nos pés as torpes chagas que nunca irão sarar. Empurro vagões, trabalho com a pá, desfaleço na chuva, tremo no vento; mesmo meu corpo já não é meu; meu ventre está inchado, meus membros ressequidos, meu rosto túmido de manhã e chupado à noite» (Levi, 1988: 35). Até a isso se acostuma com o tempo. Ou se morre.

A adaptação à rotina do terror era tão imperiosa que invadia o repouso noturno dos presos, vindo a expressar-se em sonhos narrados nas narrativas testemunhais. «Ai de quem sonha!», exclamava Levi, pois, para «animais cansados», sonhar era como «uma pontada dolorosa». Os sonhos pareciam ser confeccionados de imagens obscuras que reproduziam o sofrimento diário, feito de fome, murros e pontapés, frio, sede, cansaço, medo, humilhações e promiscuidade. À noite, convertiam-se em pesadelos disformes e confusos: «Despertamos a cada instante, paralisados pelo terror, num estremecimento de todos os membros, sob a impressão de uma ordem berrada por uma voz furiosa, em língua incompreensível» (Levi, 1988: 62). E segue, na mesma página, «enquanto dura a noite, porém, mediante um constante alternar-se de sono, vigília e pesadelos, estão sempre presentes a espera e o terror do instante da alvorada». Em poema escrito em janeiro de 1946, que abre a edição italiana de *La tregua*<sup>7</sup>, o autor menciona os rotineiros pesadelos que tinha:

Sonhávamos nas noites ferozes / Sonhos densos e violentos / Sonhados de corpo e alma: / voltar; comer; contar / Até que soava breve e submissa / o comando do amanhecer: / «*Wstavach*»; / E se partia no peito o coração / Agora reencontramos a casa / nosso ventre está saciado. / Acabamos de contar. / É tempo. Logo ouviremos ainda / O comando estrangeiro: / «*Wstavach*». (Levi, 1997b: 7)

Ele e outros sobreviventes foram atormentados, repetidamente, por pesadelos e fantasmas do sofrimento diário que retornavam na madrugada: «Tenho os olhos fechados; não quero abri-los, não, para que o sono não fuja de mim, mas ouço os ruídos: este apito ao longe eu sei que é de verdade [...], tantas vezes já o ouvimos, ligado ao sofrimento do trabalho e do campo, que se tornou seu símbolo» (Levi, 1988: 59-60). Era o comando do amanhecer em Auschwitz, uma palavra estrangeira, temida e prevista por todos, que os despertava dos sonhos para o letargo horrendo da vida real: levantem-se, «*Wstavach*». A ordem é a primeira condenação de cada dia, em si, um momento de sofrimento tão intenso que até o sono mais profundo se dissolve ao seu aproximar.

Quando era dado o sinal, todos já estavam despertos, à espera. O próprio guarda noturno sabia disso, de modo que nem o pronunciava em tom de comando, mas com voz calma, sabendo que o anúncio acharia ouvidos preparados e seria cumprido de imediato. «A palavra estrangeira cai como pedra no fundo de cada alma», rompendo a barreira do único momento de paz no campo, de cobertores e sono, apesar de atormentado por pesadelos. De pronto, já «estamos irremediavelmente despertos, expostos à ofensa, cruelmente nus e vulneráveis. Vai começar mais um

<sup>7</sup> Trata-se de um livro escrito entre 1961 e 1962 – lançado pela Einaudi em 1963. A obra parece ser uma sequência narrativa de *Se questo è un uomo*, pois narra, em forma de testemunho, a longa viagem de volta para casa depois da liberação de Auschwitz. No Brasil, a obra foi traduzida como *A tregua* (2004a).

dia igual aos outros, tão longo que seu termo é quase inconcebível: quanto frio, quanta fome, quanto cansaço nos separam, ainda, desse termo» (Levi, 1988: 63).

Se fosse possível resumir em uma palavra a realidade do campo, seria 'fome'. A síntese do *Lager* é a própria fome; os concentracionários, a personificação da fome, do desespero da fome, da agonia da fome, da obsessão da fome, ou, como prefere Levi, constituíam um tipo de «fome viva». Mas, como tal síntese reduziria qualquer análise a ser feita, pode-se dizer que a fome era o sentimento do campo, onde os presos moviam-se ansiosos pelo momento da insípida sopa. Até os pães eram revertidos em objetos com valor de troca, almeçados, pois preciosos na economia do universo concentracionário por serem minimamente nutritivos; eram artefatos úteis no clandestino mercado de escambo. Inclusive, nos sonhos, a fome surgia como desejo e penúria obsessiva.

Dias após a chegada ao campo, a fome passava a ser regulamentar, crônica. Mas, alerta o autor, não era a fome normal, o desejo de comer, simples apetite; era uma fome «que os homens livres desconhecem; que faz sonhar à noite; que fica dentro de cada fragmento de nossos corpos» (Levi, 1988: 35). Em outro momento, voltando aos sonhos condicionados pelas privações, acrescenta: «Atrás das pálpebras recém-fechadas, brotam violentamente os sonhos rotineiros de estar em casa, numa prodigiosa banheira quente; estar em casa, sentados à mesa; estar em casa, narrando este nosso trabalho sem esperança, a fome de sempre, o sono de escravos» (Levi, 1988: 69).

Em algum momento ali no campo, a morte sempre à espreita se tornava também um hábito, algo com que os presos tinham de lidar a todo instante: morria-se de doenças variadas, estafa, sede, espancamentos, pela combinação de eventos improváveis ou simplesmente por resignação. Entretanto, a morte por fome ou por doenças induzidas pela fome era o destino normal e o mais terrível do prisioneiro; ela só podia ser evitada desde que houvesse um suplemento alimentar ou algo que se pudesse trocar por uma ração complementar de comida ou um pedaço de pão a mais.

Para obter a salvação por esse meio, era preciso privilégios, uma habilidade lucrativa ou, ainda, estar em posição de vantagem para obter alimentação extra de outra maneira, astuta ou violentamente, lícita ou ilícitamente, à custa de outros prisioneiros ou não. Nem todos foram capazes de lograr sucesso diante de tal empreitada. Os meios pouco importavam quando se tinha por objetivo maior a própria sobrevivência; quando a necessidade aperta, aprende-se prontamente a expungir da mente coisas aprendidas fora daquela realidade. É o simples instinto de adaptação e sobrevivência que Levi tanto buscou explicitar em seu testemunho: «Aprendi a não deixar que me roubem; aliás, se vejo por aí uma colher, um barbante, um botão dos quais consiga tomar posse sem risco de punição, embolso-os, considero-os meus, de pleno direito» (Levi, 1988: 35).

Na maioria dos casos, o comportamento dos presos no cotidiano dos campos era condicionado pelas necessidades, sobretudo pela fome e sede; como lembrava Levi (2004b: 69), «a fome extenua, a sede enfurece». Quer dizer, num período de poucas semanas, as abundantes privações sistematicamente impostas conduziam todos a uma condição de luta generalizada por sobrevivência, em que a própria noção de moral era obscurecida por uma zona cinzenta, posto que era necessário ajeitar-se com a fome crônica, o frio, o cansaço inabalável, com as pancadas e demais torturas. Das carências e agressões, originavam-se o medo e o ódio, que, por sua vez, impeliam cada um em uma guerra particular e constante contra o outro. Diante disso, qualquer outra força humana emudecia. Todos passavam a ser, uns para os outros, rivais em potencial.

O espaço de escolha moral e de planejamento da vida, por conseguinte, tornava-se nulo de uma hora para outra. Deixava-se tomar conta de si a sujeira, extrema e interna, a promiscuidade, a destituição moral. Como animais, estava-se restrito às tarefas mais imediatas para a sobrevivência. A propósito disso, o autor italiano narra:

Tenho que confessar: bastou uma semana de cativo para sumir o meu hábito de limpeza. [...] Steinlauf me vê, me saúda e, sem rodeios, me pergunta, severamente, por que não me lavo. E por que deveria me lavar? Me sentiria melhor do que estou me sentindo? Alguém gostaria mais de mim? Viveria um dia, uma hora a mais? Pelo contrário, viveria menos, porque se lavar dá trabalho, é um desperdício de energia e de calor. [...] Steinlauf, porém, passa-me uma descompostura. Terminou de lavar-se, está se secando com o casaco de lona que antes segurava, enrolado, entre os joelhos e que

logo vestirá, e, sem interromper a operação, me dá uma preleção em regra. Já esqueci, e o lamento, suas palavras diretas e claras. [...] Seu sentido, porém, que não esqueci nunca mais, era esse: justamente porque o Campo é uma grande engrenagem para nos transformar em animais, não devemos nos transformar em animais; até num lugar como este, pode-se sobreviver, para relatar a verdade, para dar nosso depoimento; e, para viver, é essencial esforçar-nos por salvar ao menos a estrutura, a forma da civilização. Sim, somos escravos, despojados de qualquer direito, expostos a qualquer injúria, destinados a uma morte quase certa, mas ainda nos resta uma opção. Devemos nos esforçar por defendê-la a todo custo, justamente porque é a última: a opção de recusar nosso consentimento. Portanto, devemos nos lavar, sim; ainda que sem sabão, com essa água suja e usando o casaco como toalha. Devemos engraxar os sapatos, não porque assim reza o regulamento, e sim por dignidade e alinhamento. Devemos marchar eretos, sem arrastar os pés, não em homenagem à disciplina prussiana, e sim para continuarmos vivos, para não começarmos a morrer. (Levi, 1988: 38-39)

Como mostra o autor, o mecanismo de redução dos internados nos campos nazistas à condição de escravos é constante; e isso faz com que os presos acabem sentindo vergonha deles próprios e aceitando cada qual o seu infortúnio. Quanto à torção moral ocorrida no *Lager*, condicionada por privações diversas, e a culpa e a vergonha intrínsecas à figura do sobrevivente, o autor relata outra história que versa sobre o dia em que encontrou em uma parede um cano vertical que terminava com uma torneira:

Uma tubulação de água? Experimentei abrir a torneira, estava só, ninguém me via. [...] Quanta água pode conter um cano de duas polegadas, com uma altura de um metro ou dois? Um litro, talvez nem isso. Podia bebê-la toda imediatamente, seria o caminho mais seguro. Ou deixar um pouco para o dia seguinte. Ou dividi-la meio a meio com [meu amigo] Alberto. Ou revelar o segredo à equipe. Escolhi a terceira alternativa, aquela do egoísmo estendido a quem lhe está mais vizinho, que um amigo meu num tempo distante chamou apropriadamente de «nós-ismo». Bebemos toda aquela água, a pequenos sorvos avaros, alternando-nos sob a torneira, só nós dois. Em segredo; mas na marcha de volta para o Campo me vi ao lado de Daniele, todo cinza de pó de cimento, com os lábios rachados e os olhos luzidios, e me senti culpado. Troquei um olhar com Alberto, compreendemo-nos de imediato, esperando que ninguém nos tivesse visto. Mas Daniele nos entrevera naquela estranha posição, deitados junto à parede em meio aos escombros, suspeitara de alguma coisa e depois adivinhara. Disse-me isso com dureza muitos meses depois: por que vocês dois, e eu não? [...] Justifica-se ou não a vergonha? Não consegui estabelecê-lo então, assim como não consigo hoje, mas a vergonha havia e há, concreta, pesada, perene. (Levi, 2004b: 69-70)

São histórias que mostram que, tal qual o universo concentracionário possuía sua estrutura própria, inversa à da vida fora das cercas, foi-se formando um arcabouço moral basilar na rede de sociabilidade dos presos, diversa das disposições éticas esperadas do indivíduo livre. Cada um estava desesperadamente só e as condições internas ao inferno de Auschwitz exerciam poder de corrupção enorme sobre os que lhes estavam submetidos. Segundo Canetti (1983), na vil luta pela sobrevivência, não há remissão: cada qual se torna inimigo do outro. Viver é sobreviver, deixar pouco a pouco de ser homem, escolher tornar-se menos humano. O ato de sobrevivência envolvia, assim, uma opção tão medonha que diminuía a humanidade dos que o faziam. «O pai tinha de escolher deixar morrer o filho; o *Kapo* tinha de açoitá-lo com mais força; o informante tinha de trair; o marido tinha de deixar a mulher ir para a câmara de gás, para que ele próprio não fosse escolhido imediatamente» (Steiner, 1988: 192).

Era difícil evadir-se dessa lógica sinistra, e poucos conseguiram: ela humilha e danifica suas vítimas, torna-as semelhantes a si, tanto mais quanto estejam desprovidas de uma estrutura moral rija – que invariavelmente vai se desfazendo. Mesmo Primo Levi afirma não ter escapado ao desmoronamento de parte de sua composição moral: «Aprendemos que tudo serve: o pedaço de arame, para amarrar os sapatos; os trapos, para envolver os pés; o papel, para forrar (embora proibido) o casaco contra o frio. Aprendemos que, por outro lado, tudo pode ser roubado» (Levi, 1988: 31-32).

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não quis, neste texto, encerrar o repertório de conteúdos do testemunho literário de Primo Levi, de modo a simplificá-lo como mais um arquivo histórico dentre tantos.

Meu objetivo foi adjudicar inteligibilidade a uma parte pequena desse repertório, lendo-o como texto vivo, como documento de cultura que, ao mesmo tempo, é documento da barbárie – para usar a já gastada equação de Walter Benjamin (1996). Com o esquema sugerido acima, quis reunir em um corpo temático mais ou menos estruturado questões importantes levantadas pelo escritor italiano em duas de suas narrativas autobiográficas mais importantes e que, por isso, foram escolhidas para objetos de análise.

Uma metáfora muito comum nos relatos de Levi para descrever a experiência concentracionária é a do inferno, o *Lager* enquanto lugar de morte e expiação, pautado, sobretudo, pelo tormento inimaginável e a consequente destruição moral do indivíduo afetado, o que produziu uma indistinta zona cinzenta, composta por todo o tipo de complicitades, desde a colaboração indireta até o crime explícito.

Em *I sommersi e i salvati*, o autor fala que sua narração tem como tema fundamental a «ambiguidade humana provocada fatalmente pela opressão» (Levi, 2004b: 51). Opondo-se às interpretações maniqueístas do homem e do ambiente que uma vez o circundara, caminha em busca de um conhecimento mais fiel das relações sociais em Auschwitz. Dentre tais, talvez as relações que se desenharam de modo mais paradigmático foram aquelas fundadas no interior do que ele definiu, metaforicamente, como a *zona grigia*, local onde piedade e brutalidade coexistiam, «no mesmo indivíduo, no mesmo momento, contra toda lógica» (Levi, 2004b: 48); espaço de indistinção, fronteiro, incomensurável e incerto. Assim, Levi sugere que as bipartições ‘nós’ e ‘eles’, ‘amigos’ e ‘inimigos’, por exemplo, são ineficientes para caracterizar o que aconteceu nos campos, pois não fazem entender a existência de figuras híbridas que obscureciam a diferenciação vítima/algoz que todo recém chegado esperava identificar nos *Lager*.

Não posso deixar de notar a semelhança do empreendimento de Levi com o trabalho de um sociólogo ou, ao menos, de um fazer sociológico. Tendo em vista que o *Lager* era em si um microcosmo intricado e estratificado, pois sua lógica reproduzia em pequena escala o poder do *Reich*, com as adequações necessárias para tanto, o que ele chamou de zona cinzenta nada mais era do que o espaço onde se encontravam os prisioneiros que, em alguma medida, e às vezes bem intencionados, colaboraram com a autoridade que os massacrava cotidianamente. Seus limites não eram tênues, tampouco tal cooperação constituía exceção nos campos. Era, sim, um vasto campo de indefinição entre bem e mal, «margem extrema», «faixa cinzenta», enfim, «zona de ambiguidade que se irradia[va] dos regimes fundados no terror e na obediência» (Levi, 2004b: 49).

A discussão que se pode fazer sobre a zona cinzenta, porém, não se resume a mais um debate sobre o poder em geral. Pensar o fenômeno da *zona grigia* é pensar a natureza circunstancial da dominação em seus variados desdobramentos dentro do *Lager*, a partir de exemplos concretos dos prisioneiros que, por motivo de ininterrupta e extrema pressão, infligiram ou sofreram abusos de seus próprios companheiros de desfortuna. Isso remete à tática dos nazistas de criar funções dentro dos campos para gerenciar a violência inútil, utilizando um mínimo possível de funcionários alemães. Foi assim que a violência pôde ser horizontalizada de maneira estratégica, em especial para não afetar agentes nazistas e consequentemente possibilitar que o massacre fosse concretizado de forma tão ampla e efetiva como de fato o foi.

Levi registrou isso de maneira sistemática, mediante olhar atento ao humano em situações extremas. Bobbio (1984), em artigo sobre o autor, argumenta que quem se colocou de frente aos seus livros deve a ele muitas lições para a difícil ‘tarefa de viver’, como dissera Pavese: se não o tivéssemos lido, «teríamos compreendido até o fundo, no significado forte da palavra ‘compreender’, até a essência das coisas, o sentido daquela incrível e ainda hoje inimaginável máquina de extermínio que foram os *Lager*?».

Levi pensava seu testemunho como mecanismo de compreensão, «serviço público que deve funcionar» para, só assim, atingir o «tribunal dos leitores» (Levi, 1997a: 40). Nota-se, de imediato, a preocupação do escritor em narrar e trabalhar sua experiência como faz um «sociólogo amador». Ele próprio (Levi, 1997a: 278) definiu-se, certa feita, como tal para referir-se ao trabalho de sobrevivente-narrador<sup>8</sup>. O fazer sociológico é algo provocado, inicialmente, por uma perturbação a ser perquirida, algo

<sup>8</sup> É sintomático o fato de ter traduzido obras de antropólogos, como Mary Douglas e Claude Lévi-Strauss.

que preocupa o intelectual enquanto indivíduo. A partir disso, desenrola-se um processo de transformação dessa perturbação em problemas que transcendem os ambientes locais e a vida íntima (cf. Mills, 1982), de modo que passam a orientar a própria atividade de reflexão e cujas respostas contribuem para a ampliação dos saberes sobre o tópico que lhe deu origem. Os textos de Levi confirmam isso, na medida em que possuem algo próprio da imaginação sociológica, a curiosidade e o interesse pelo humano, sua cultura e seus significados, ambiguidades e variações quando diante de situações limites:

Fechem-se entre cercas de arame farpado milhares de indivíduos, diferentes quanto à idade, condição, origem, língua, cultura e hábitos, e ali os submetam a uma rotina constante, controlada, idêntica para todos e aquém de todas as necessidades; nenhum pesquisador poderia estabelecer um sistema mais rígido para verificar o que é congênito e o que é adquirido no comportamento do animal-homem frente à luta pela vida. (Levi, 1988: 88)

Na estrutura social do campo, a regra era tola, mas compulsória e vital; morria quem a ela não se adaptasse: os mais privilegiados, com melhor saúde e uma rede de contatos mais coesa, ‘oprimiam’ os não-privilegiados. Mesmo citando a base sobre a qual o sistema de normas do campo se sustentava, e não se excluindo dela, o escritor italiano não deixa de fazer um adendo importante. Para ele, a condição da vítima não exclui a culpa, e esta é objetivamente grave. Todavia, prossegue dizendo não conhecer tribunal humano ao qual atribuir seu diagnóstico e julgar o mérito: «Se dependesse de mim, se fosse obrigado a julgar, absolveria facilmente todos aqueles cujo concurso para o crime foi mínimo e sobre os quais a coação foi máxima» (Levi 2004b: 38).

#### BIBLIOGRAFIA

- Agamben, Giorgio (1996), *Mezzi senza fine*, Torino, Boringhieri.
- Agamben, Giorgio (2008), *O que resta de Auschwitz*, São Paulo, Boitempo.
- Benjamin, Walter (1996), *Magia e Técnica, Arte e Política*, São Paulo, Brasiliense.
- Bobbio, Norberto (1984), «Testimonianza per Primo Levi», *La Stampa*, 3 giugno.
- Bourdieu, Pierre (2001), *Meditações Pascalianas*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Browning, Christopher (2006), *Des hommes ordinaires: 101 bataillon de réserve de la police allemande et la solution finale en Pologne*, Paris, Belles Lettres.
- Bruni, José Carlos (1989), «Apresentação», *Tempo Social*, v. 1, n. 1, p. 5, 1º Sem.
- Calvino, Italo (1995), *Perché leggere i classici*, Milano, Mondadori.
- Canetti, Elias (1983), *Massa e poder*, São Paulo, Melhoramentos.
- Cases, Cesare (1990), «Introduzione», in Levi, Primo, *Opere*, vol. 1, Torino, Einaudi, pp. V-XLVIII.
- Dal Lago, Alessandro (2004), *Non-persone: l'esclusione dei migranti in una società globale*, Milano, Feltrinelli.
- De Benedetti, Leonardo - Levi, Primo (1946), «Rapporto sulla organizzazione igienico-sanitaria del campo di concentramento per Ebrei di Monowitz (Auschwitz-Alta Slesia)», *Minerva Medica*, XXXVII, vol. II, n. 47, pp. 535-544, 24 novembre.
- Goffman, Erving (1982), *Estigma*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Goffman, Erving (1999), *Manicômios, prisões e conventos*, São Paulo, Perspectiva.
- La Boétie, Étienne (1987), *Le discours de la servitude volontaire*, Genebra, Droz.
- Lejeune, Philippe (2008), *O pacto autobiográfico*, Belo Horizonte, UFMG.
- Levi, Primo (2004a), *A trégua*, São Paulo, Planeta de Agostini.
- Levi, Primo (1997a), *Conversazioni e interviste*, Torino, Einaudi.
- Levi, Primo (1988), *É isto um homem?*, Rio de Janeiro, Rocco.
- Levi, Primo (2007a), *I sommersi e i salvati*, Torino, Einaudi.
- Levi, Primo (1997b), *La tregua*, Torino, Einaudi.
- Levi, Primo (2004b), *Os afogados e os sobreviventes*, São Paulo, Paz e Terra.
- Levi, Primo (2005), *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi.
- Losurdo, Domenico (2010), *A linguagem do império*, São Paulo, Boitempo.
- Mesnard, Philippe (2005), «Primo Levi: du rapport sur Auschwitz à la littérature», disponível em: <[www.revue-texto.net/Inedits/Mesnard\\_Levi.html](http://www.revue-texto.net/Inedits/Mesnard_Levi.html)> (acesso:

10.03.2012).

- Mills, Charles Wright (1982), *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Oliveira, Lucas Amaral de (2013), *Primo Levi e os rumores da memória: limites e desafios na construção do testemunho*, dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Seligmann-Silva, Márcio (2005), «Testemunho e a política da memória», *Projeto História*, 30, pp. 71-98.
- Steiner, George (1988), *Linguagem e silêncio*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Todorov, Tzvetan (2007), «Prefazione», in Levi, Primo, *I sommersi e i salvati*, Torino, Einaudi.
- Traverso, Enzo (1997), *Pour une critique de la barbarie moderne*, Paris, Page Deux.
- Vidal-Naquet, Pierre (2006), «Préface», in Browning, Christopher, *Des hommes ordinaires*, Paris, Belles Lettres.
- Žizek, Slavoj (2003), *Bem-vindo ao deserto do real*, São Paulo, Boitempo.
- Zuin, João Carlos Soares (2013), «Um autorretrato de Primo Levi: as raízes literárias da narrativa de Auschwitz», *Revista de Ciências Sociais*, v. 44, n. 2, pp. 216-242.